



## Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação como subsídios para um Desenvolvimento Sustentável

### *Information practices and Critical Information Literacy as subsidies for Sustainable Development*

**Renata Lira Furtado** 

Doutora em Ciência da Informação  
Universidade Federal do Pará, Brasil  
*re23br@gmail.com*

**Maria Ivone Maia da Costa** 

Mestra em Ciência da Informação  
Universidade Federal do Pará, País  
*ivomcost@gmail.com*

**Renata Cortinhas Bulhões** 

Mestra em Ciência da Informação  
Universidade Federal do Pará, País  
*renatabulhoes@gmail.com*

#### Resumo

O papel dos sujeitos informacionais como protagonistas em ações que promovam o acesso e o uso da informação de forma crítica e autônoma está referendado no arcabouço teórico das Práticas Informacionais e da Competência Crítica em Informação. Desse modo, surgem possibilidades de interação entre essas duas abordagens e ações práticas em torno do Desenvolvimento Sustentável. O objetivo deste artigo consiste em identificar nas Práticas Informacionais e na Competência Crítica em Informação subsídios que possam colaborar em intervenções práticas do Desenvolvimento Sustentável. O percurso metodológico foi fundamentado por uma pesquisa bibliográfica utilizando-se os recursos das Bases de dados Referenciais de Periódicos em Ciência da Informação, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior e Google Acadêmico. A discussão sobre Desenvolvimento Sustentável abarca um vasto e complexo campo de pesquisas científicas, assim, para alcançar o objetivo proposto foi estabelecido uma análise embasada em 3 elementos: demanda informacional, sujeito informacional e ações do sujeito informacional e suas possíveis relações com os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Nessa análise, foram observadas estreitas relações entre os três eixos abordados e possibilidades das Práticas Informacionais e da Competência Crítica em Informação ofertarem ferramentas informacionais e de aprendizagem para subsidiar ações empíricas voltadas para o Desenvolvimento Sustentável. Ressalta-se a necessidade de aprofundar e fomentar espaços de reflexão acerca de aspectos teóricos e da perspectiva de ações estratégicas que possam contribuir com a Agenda 2030 e os objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

**Palavras-chave:** Práticas Informacionais; Competência Crítica em Informação; Desenvolvimento Sustentável.



doi: [10.28998/cirev.2024v11e17620](https://doi.org/10.28998/cirev.2024v11e17620)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 24/04/2024

Aceito em: 27/12/2024

Publicado em: 27/12/2024

### **Abstract**

*The role of information subjects as protagonists in actions that promote access and use of information in a critical and autonomous way is endorsed in the theoretical framework of Information Practices and Critical Information Literacy, thus, possibilities for interaction arise between these two approaches and practical actions around sustainable development. The objective of this article is to identify in Information Practices and Critical Information Literacy subsidies that can collaborate in practical interventions for sustainable development. The methodological path was based on bibliographical research using the resources of the Reference Databases of Periodicals in Information Science, Periodical Portal of the Coordination of Higher Education Improvement and Google Scholar. The discussion on sustainable development is a vast and complex field of scientific research, thus, to achieve the proposed objective, an analysis was established based on 3 elements: informational demand, informational subject and actions of the informational subject and their possible relationships with the 17 sustainable development goals. In this analysis, close relationships were observed between the three axes addressed and possibilities for Information Practices and Critical Information Literacy to offer informational and learning tools to support empirical actions aimed at sustainable development. The need to deepen and encourage spaces for reflection on theoretical aspects and the perspective of strategic actions that can contribute to the 2030 Agenda and the sustainable development goals is highlighted.*

**Keywords:** *Information Practices; Critical Information Literacy; Sustainable Development.*

## **1 INTRODUÇÃO**

A questão ambiental é uma preocupação latente em todo o mundo. A Organização Meteorológica Mundial (OMM) – agência especializada em meteorologia e clima da Organização das Nações Unidas (ONU), declarou em seu relatório anual sobre o estado do clima global, que em 2023 as ondas de calor, as inundações, as secas, os incêndios florestais e a rápida intensificação dos ciclones tropicais causaram miséria e caos, perturbando a vida cotidiana de milhões de pessoas e causando perdas econômicas avaliadas em bilhões de dólares. O relatório confirmou que 2023 foi o ano mais quente já registrado na história, acionando o alerta vermelho em todo o mundo (WMO, 2024).

A crise climática, para além das altas temperaturas, do desfalque na biodiversidade e da degradação do meio ambiente, aumenta a desigualdade social, a insegurança alimentar e os deslocamentos populacionais, impactando principalmente a vida de grupos socialmente vulnerabilizados. Esse cenário tem estimulado o aumento de iniciativas relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável, desde a formulação/ampliação de políticas públicas, como ações pontuais, comunitárias que apesar de modestas, têm sido bem-sucedidas em distintos ambientes.

Ailton Krenak (2020a) se refere à humanidade como a principal responsável pela degradação global: “Somos a praga do planeta, uma espécie de ameba gigante. Ao longo da história, os humanos foram devastando tudo ao seu redor”. A afirmativa do autor corrobora com o “mito da natureza inesgotável” cuja premissa está pautada na ideia de infinidade dos recursos naturais considerando sua extensão e abundância, sem ponderar que o uso descontrolado desses recursos pode levar à escassez.

É na contramão deste mito que se sustentam as discussões, teorias e ações em torno do Desenvolvimento Sustentável, compreendido como a capacidade da sociedade em se desenvolver e atender às suas próprias necessidades sociais, econômicas e tecnológicas, sem esgotar os recursos para as futuras gerações. Na obra “Ideias para adiar o fim do mundo”, Krenak (2020b) indica que a fórmula para um Desenvolvimento Sustentável implica presente

e futuro, ainda que o futuro seja preterido pela sociedade em nome dos benefícios do capitalismo, pautados na urgência de produção e de consumo.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a partir de um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, têm embasado ações em todo o mundo, visando combater as desigualdades, a pobreza e a fome, fomentar o desenvolvimento de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, proteger os direitos humanos, promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais. Visa ainda promover trabalho decente a partir de uma economia sustentável, inclusiva e próspera (ONU, 2015).

No contexto do Desenvolvimento Sustentável a informação atua como um recurso imprescindível na proposição de ações interativas voltadas à construção de fenômenos socioculturais para combater as desigualdades sociais e explorações políticas e culturais. Essa perspectiva está abarcada pela abordagem social da Ciência da Informação, que delimita uma forma de analisar a relação dos sujeitos com os processos informacionais a partir de elementos que ampliam as interações, principalmente aquelas construídas a partir de contextos sociais, políticos, históricos e culturais.

Nessa configuração, destacam-se as pesquisas em Práticas Informacionais com enfoque nos sujeitos sociais heterogêneos, com atuações em diferentes contextos que evidenciam tanto a apropriação, como a produção e transferência da informação. Nesse escopo, o foco está direcionado ao fortalecimento dos sujeitos, tornando-os mais participativos e atuantes, considerando o tempo e o espaço desse sujeito, no qual será possível desenvolver uma sociedade que possa movimentar-se em dois sentidos, dando referência tanto ao objetivo como ao subjetivo (Araújo, 1998; Tanus; Bertj; Rocha, 2022).

Tendo em vista o papel dos sujeitos informacionais como protagonistas nas ações em torno do Desenvolvimento Sustentável, tanto em ações coletivas como individuais, faz-se necessário discutir e promover o desenvolvimento de habilidades para que esses sujeitos atuem de maneira ética, crítica, reflexiva e autônoma nos processos informacionais.

A Competência Crítica em Informação (CCI) é uma alternativa apontada para esse cenário, uma vez que se configura como um “conjunto intersubjetivo de habilidades e disposições para lidar cotidianamente com a informação de forma autônoma e consciente em busca de uma sociedade mais justa” (Doyle, 2021 p.20), e “cooperar com ações que contribuam para uma relação saudável e consciente entre pessoas e informações” (Brisola, 2022, p. 21).

Assim, a questão central que norteia este estudo é: o arcabouço teórico sobre Práticas Informacionais e CCI pode contribuir com a proposição de ações práticas em torno do Desenvolvimento Sustentável? Diante da questão apresentada, o objetivo geral da presente pesquisa é reconhecer como as Práticas Informacionais e a CCI podem subsidiar ações para um Desenvolvimento Sustentável.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder à questão norteadora da pesquisa e alcançar o objetivo proposto, o desenho metodológico caracteriza essa pesquisa como de abordagem qualitativa e natureza exploratória, considerando a complexidade e o pouco conhecimento acerca da tríade a ser investigada: Práticas Informacionais, Competência Crítica e Desenvolvimento Sustentável. Elegeu-se a pesquisa bibliográfica, considerando ser um recurso metodológico capaz de fornecer uma base teórica sólida acerca dos temas investigados, identificar lacunas no conhe-

cimento e contextualizar objeto e problema de pesquisa a partir de distintas perspectivas (Raupp; Bauren, 2006).

A pesquisa bibliográfica apresenta-se como um “procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico, capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (Lima; Miotto, 2007 p.44). A configuração metodológica adotada, se deu a partir da seleção dos recursos que subsidiariam a pesquisa: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico. A seleção de tais recursos delineou-se pela abrangência e relevância na área de Ciência da Informação e pela garantia de acesso à publicações científicas de qualidade.

A estratégia de busca incluiu as expressões: Práticas Informacionais, CCI e Desenvolvimento Sustentável, apenas em idioma português (PT/BR) e sem recorte cronológico. Os resultados obtidos subsidiaram o desenvolvimento das seções teóricas apresentadas a seguir e alicerçaram a discussão visando responder à questão da pesquisa e alcançar o objetivo proposto.

### 3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento Sustentável é compreendido como a capacidade da sociedade de se desenvolver sem esgotar os recursos naturais para as futuras gerações. A expressão tem sido definida de distintas formas, além de ser apresentada muitas vezes, utopicamente, como a salvação para todos os males.

Segundo Sachs (2004) após a Segunda Guerra Mundial iniciou-se uma discussão com o objetivo de elaborar um conceito de desenvolvimento amplo, que abarcasse questões em torno do crescimento econômico, social, ambiental, territorial e político. O longo percurso para alcançar um consenso acerca de uma definição para a expressão Desenvolvimento Sustentável teve um marco importante que resultou na elaboração de um conceito inicial, apresentado no documento de 1987, *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), também conhecido como Relatório de *Brundtland*.

O documento conceitua Desenvolvimento Sustentável “como um conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes, sem comprometer a possibilidade de que gerações futuras satisfaçam suas próprias necessidades” (ONU, 1991, p. 46). O conceito apresentado evidencia a relevância de medidas que permitam a conservação e a utilização racional dos recursos, com vistas a equilibrar a preservação do meio ambiente e o crescimento econômico.

O relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, presidida por Gro Harlem Brundtland, na época primeira-ministra da Noruega, apontou a incompatibilidade existente entre Desenvolvimento Sustentável e os padrões de produção e consumo, explicitando a urgência de estabelecimento de um novo modelo de relação entre o ser humano e o meio ambiente, conciliando questões ambientais e sociais com o crescimento econômico. O Relatório de *Brundtland* motivou ainda a organização de eventos e reuniões cujos objetivos e resultados seguem sendo compartilhados entre nações de todo o mundo.

Dentre esses eventos cabe destacar a “Cúpula da Terra”, evento realizado no Rio de Janeiro, em 1992, que ficou conhecido como Rio 92 ou Eco 92 (Agenda 21, 1995). A conferência configurou-se como o primeiro encontro internacional de cientistas ambientais e for-

muladores de políticas públicas, que resultou na publicação da “Carta da Terra: uma visão para o futuro”, documento que relata as preocupações sobre o impacto dos seres humanos no meio ambiente e solicita o desenvolvimento de um tratado global visando a proteção da natureza (Camargo, 2002).

Outro evento que merece destaque, devido a amplitude de alcance das suas propostas é a Cúpula do Milênio, que ocorreu em Nova York no ano 2000 promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse evento foram discutidas grandes preocupações mundiais, que resultou na proposição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) com o objetivo de tornar o mundo mais eficaz e mais justo até 2015, a partir de oito metas: 1) Eradicar a fome e a miséria; 2) Alcançar educação básica de qualidade para todos; 3) Promover a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde das gestantes; 6) Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; 8) Estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento (Camargo, 2002).

Em 2002, ocorreu em Johannesburgo na África do Sul, o evento *The World Summit on Sustainable Development* (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável). A conferência ficou conhecida como Rio+10 e teve como objetivo avaliar o progresso das ações propostas e desenvolvidas desde a “Cúpula da Terra” em 1992. Este evento ficou marcado dentre outros aspectos, pela consolidação e popularização da expressão “Desenvolvimento sustentável” e lançou as bases para uma nova agenda, uma vez que eram necessários novos Objetivos e metas globais rumo ao Desenvolvimento Sustentável (Nara; Condurú, 2021).

Sachs (2000, 2004), evidencia que para se estabelecer ações visando um Desenvolvimento Sustentável, faz-se necessário estabelecer uma visão holística acerca dos problemas sociais, que estão além da gestão dos recursos naturais, é essencial a valorização das pessoas, seus costumes e saberes. Nessa perspectiva, considerando o estabelecimento de uma estratégia alternativa à ordem econômica internacional, o autor propôs oito dimensões para o Desenvolvimento Sustentável: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional.

Ainda que se pese e se reconheça a relevância das oito dimensões apresentadas por Sachs (2000), Nascimento (2012) enfatiza que consensualmente estabeleceu-se considerar três dimensões: 1) ambiental - relacionada à produção e consumo de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua auto reparação ou capacidade de resiliência; 2) econômica - relacionada ao aumento da eficiência da produção e do consumo, com economia crescente de recursos naturais, objetivando uma transformação e aperfeiçoamento da tecnologia que contribua para a diminuição do uso desses recursos; e 3) social - evidencia que uma sociedade sustentável supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros.

A integração das três dimensões do Desenvolvimento Sustentável, estruturaram a proposição da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, por todos os 193 Estados Membros das Nações Unidas, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, representando um momento político internacional de extrema relevância para discussões teóricas e ações práticas em torno do Desenvolvimento Sustentável, visando:

[...] acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares, bem como, combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o em-

poderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais. Resolvemos também criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais (ONU, 2015, não paginado).

Na Agenda 2030, foram propostos 17 ODS estruturado em 169 metas e 241 indicadores: 1) Erradicar a pobreza; 2) Erradicar a fome; 3) Saúde de qualidade; 4) Educação de qualidade; 5) Igualdade de gênero; 6) Água potável e saneamento; 7) Energias renováveis e acessíveis; 8) Trabalho digno e crescimento econômico; 9) Indústria, inovação e infraestruturas; 10) Reduzir as desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Produção e consumo sustentáveis; 13) Ação climática; 14) Proteger a vida marinha; 15) Proteger a vida terrestre; 16) Paz, justiça e instituições eficazes; 17) Parcerias para a implementação dos objetivos (ONU, 2015).

Para garantir o cumprimento desses objetivos é imprescindível a conscientização e mobilização da sociedade. Faz-se urgente e necessário agregar abordagens que contribuam para ampliar as discussões e aproximar a sociedade, a fim de que se tornem partícipes ativas neste cenário. A informação é um recurso essencial nesse contexto, considerando os processos que agregam o acesso, uso, avaliação e comunicação de forma eficiente, autônoma, ética e responsável com foco nas demandas informacionais individuais e coletivas e para o pleno exercício da cidadania. Diante dessas questões pontuais, é possível indicar que o acesso à informação de qualidade enfrenta barreiras, especialmente quando se trata de informações específicas, como é o contexto do Desenvolvimento Sustentável.

#### 4 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Os estudos sobre Práticas Informacionais, consideram a informação como um produto social e cultural, construído e interpretado pelos indivíduos em seu contexto. É a interação entre sujeitos e informação, onde o indivíduo deixa de ser percebido como um ser isolado no mundo que o cerca (Savolainen, 2005; Araújo, 2017).

As práticas informacionais se caracterizam como uma das formas de olhar para os sujeitos com vistas a compreender as relações informacionais que incluem percepções, escolhas e apropriações da própria experiência. Configura-se como um movimento constante de capturar as disposições sociais e coletivas, bem como as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a informação, num permanente tensionamento entre as duas dimensões – individual e coletiva, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa (Araújo, 2017; Berti, 2021).

Savolainen (1995) define Práticas Informacionais como um conjunto de maneiras social e culturalmente estabelecidas para identificar, buscar, usar e compartilhar as informações disponíveis em distintas fontes. Suas pesquisas são fundamentadas no conceito de *habitus*, de Bourdieu (1983), para enfatizar a importância das Práticas Informacionais, na descrição e na investigação de fenômenos relacionados à busca, ao uso e ao compartilhamento da informação. A ideia do *habitus* destaca o indivíduo construtor de suas práticas em sistemas estruturados e estruturantes – social e mentes, na realização de ações e atividades do cotidiano e direciona as escolhas da vida cotidiana, estabelecendo um parâmetro entre o que deve ser natural ou necessário para uma classe social ou grupo social.

Savolainen (1995) em seu artigo *Everyday Life Information Seeking: Approaching Information Seeking in the Context of "Way of Life"* (1995), define práticas informacionais co-

mo um conjunto de maneiras social e culturalmente estabelecidas para identificar, buscar, usar e compartilhar as informações disponíveis em distintas fontes.

O autor desenvolveu o modelo *Everyday Life Information Seeking* (ELIS), que fundamenta a compreensão multifacetada de indivíduos através da complementação entre a dimensão social e a vida cotidiana. O modelo ELIS está estruturado em dois elementos basilares que o autor considera como o contexto básico no qual as questões voltadas para a busca de informação não relacionada ao trabalho são examinadas: o modo de vida (*way of life*) e o domínio de vida (*mastery of life*) – que se influenciam mutuamente e são afetados por valores, atitudes, situações de vida, fatores sociais, culturais e individuais dos sujeitos.

O primeiro elemento - modo de vida, abarca os fatores sociais e culturais, embasado pela Teoria do *Habitus* que visa (dentre outros aspectos) direcionar as escolhas da vida cotidiana, atuando como um princípio gerador e ordenador das práticas sociais e culturais a partir da descrição dos padrões de pensamento e ação que são internalizados pelas pessoas por meio de sua socialização e nas próprias ações dos sujeitos no cotidiano. O segundo elemento - domínio da vida, compreende a preparação para resolução de problemas cotidianos, embasado na busca por informação, considerando os valores do sujeito, com o objetivo de manter as coisas em ordem (Bourdieu, 1984; Rocha *et al.*, 2017; Costa, 2021).

Heller (1992) e Courtright (2007) apresentam abordagens que enfatizam a importância da informação para a vida humana e cultural. Heller (1992) argumenta que o cotidiano é um espaço de produção e circulação de informação, e que a informação é valorizada pelos indivíduos e grupos sociais, enquanto Courtright (2007) defende que a informação é usada pelos indivíduos para construir sua identidade e para se relacionar com o mundo ao seu redor, enfocando a relação entre informação e vida cotidiana. Para Costa (2021, p.49) “é válida a reflexão sobre a realidade humana e cultural em relação à informação e à vida cotidiana”, considerando ser a informação um elemento essencial para a vida humana, fundamental para tomada decisões e resolução de problemas e insumo básico para o aprendizado ao longo da vida.

Para Savolainen (2007), é possível abordar os fenômenos de uso da informação a partir da perspectiva da *práxis* da informação, cujo pressuposto indica que toda a ação prática relacionada à informação ocupa um espaço dentro de um contexto social. O foco do comportamento individualizado passa a ser direcionado aos membros de grupos que compartilham o contexto de suas atividades cotidianas. Esses contextos são apresentados pelo autor como: **situação de ação**, relacionada a fatores temporais e espaciais, que contribuem na formação de um conjunto de circunstâncias; **desempenho de tarefas**, contexto mais perceptível, com objetivo na solução de problemas; e **diálogo**, o mais dinâmico dos contextos, que envolve um processo de troca entre a comunicação escrita e oral (Savolainen, 2007, 2012; Furtado *et al.*, 2021).

O conceito de Práticas Informacionais se posiciona como uma alternativa crítica ao conceito de Comportamento Informacional, que se concentra nos aspectos individuais e cognitivos dos processos informacionais, enquanto as Práticas Informacionais abarcam a compreensão da informação como um recurso social onde os processos relacionados à informação alcançam aspectos contextuais, sociais e culturais permeados pelas relações dialógicas (Savolainen, 2007; Rocha; Gandra, 2018).

Compreende-se que as Práticas Informacionais contribuem para a transformação das diversidades sociais, econômicas e culturais, incentivando o sujeito a refletir sobre suas ações e atitudes cotidianas visando uma conscientização em torno dos fenômenos informacionais e socioculturais. Observa-se ainda que a análise das Práticas informacionais pode se

configurar como diagnósticos situacionais dos sujeitos, considerando as demandas informacionais presentes em distintos contextos, com vistas a orientar o desenvolvimento de ações de Competência em Informação.

## 5 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO (CCI)

Considerando ser a CCI, uma vertente crítica da Competência em Informação (Colnfo), cabe aqui de forma introdutória e abreviada contextualizar as relações a partir da compreensão da Competência em Informação, que pode ser definida como um conjunto de habilidades que permite ao sujeito usufruir das informações com vistas a resolver problemas, desenvolver-se de forma autônoma e atender suas próprias necessidades informacionais e as necessidades do seu meio social (Dudziak, 2010; Furtado; Belluzzo; Vitoriano, 2019).

As primeiras discussões acerca do tema, originalmente em inglês *Information Literacy*, surgiram em 1974 nos Estados Unidos, pautadas principalmente pelas mudanças sociais influenciadas pelo desenvolvimento tecnológico e pela preocupação latente em preparar a sociedade para lidar com esses fenômenos, bem como com os recursos tecnológicos disponíveis e outros que viessem a ser desenvolvidos. A fim de mitigar tais problemas, a Colnfo foi apresentada inicialmente com o objetivo de instruir a população para lidar com a abundância de informações disponíveis que excedem a capacidade humana de avaliar, com a diversidade de procedimentos de busca de informação existentes e com a variedade de rotas de acesso e fontes informacionais mal compreendidas e subutilizadas (Zurkowski, 1974, tradução nossa).

As problemáticas que permearam o surgimento da Colnfo, seguem presentes na atualidade, evidentemente mais potencializadas e mais segmentadas, e impactam diretamente a sociedade em diferentes contextos: político, econômico, social, cultural, educacional, sanitário, ambiental, dentre outros. Tais problemáticas seguem acompanhadas pela consolidação da Colnfo, cujos preceitos atingiram amplitude global, amparados, sobretudo, pelo discurso da chamada Sociedade da Informação e o ideal da globalização (Belluzzo, 2019).

Furtado (*et al.*, 2021) destaca que após 50 anos de pesquisas, políticas, diretrizes, modelos e padrões, com o engajamento de instituições em todo o mundo em prol da consolidação da Colnfo, os preceitos norteadores que sustentaram pesquisas e ações vem passando por um processo de ressignificação. Horton Jr. (2015) enfatiza que a Competência em Informação passou por uma rápida transição – de uma teoria abstrata no final do século XX para um lugar central no arsenal de ferramentas estratégicas do século XXI, acompanhada da Competência em Mídia e da Competência Digital e alinhada às discussões em torno da mobilidade, das redes e mídias sociais, do *big data*, das tecnologias em nuvens, da internet das coisas, da inteligência artificial, da realidade virtual, dentre tantas outras questões contemporâneas como o universo paralelo da Pós-verdade e a desinformação com suas distintas formas de manifestação, abarcando sujeitos, questões, fatores e ambientes que aproximam os indivíduos comuns à uma área de estudo restrita até pouco tempo ao âmbito científico e acadêmico, evidenciando sua aplicação a todas as situações de resolução de problemas ligados à necessidade de informação.

A definição atualizada proposta pela *Association of College and Research Libraries* (ACRL, 2016) apresenta a Colnfo como um conjunto de capacidades integradas que contempla a descoberta reflexiva da informação, a compreensão sobre sua produção, valorização e uso, na criação ética e legal de novos conhecimentos. Configura-se como uma proposta conceitual adequada à contemporaneidade e alinhada ao pensamento de Elmborg (2012) que

compreende a ColInfo como um conjunto aplicado de práticas móveis, flexíveis e maleáveis, entrelaçadas e disponíveis em distintos contextos e em fluxo constante. A definição apresentada pela ACRL (2016) é indicada por Bezerra e Doyle (2017) como um passo importante em direção a uma compreensão crítica da Competência em Informação.

Assim, o conceito de CCI surge como uma crítica aos limites impostos pela natureza tecnicista e instrumental da Competência em Informação que engessa o aprendizado em uma estrutura mecânica, operacional, com pouca ou nenhuma reflexão, até mesmo subordinado ao mercado. As ideias em torno da CCI se consolidam a partir de uma agenda de pesquisas que versam sobre a atualização e ampliação do conceito original, bem como sobre o desenvolvimento de novas teorias e aplicações sob uma perspectiva crítica (Bezerra; Schneider; Saldanha, 2019; Furtado; Costa; Santos, 2021).

Elmborg (2012) ressalta que a inclusão do elemento '*critical*' à Competência em Informação se estrutura a partir de dois fatores: 1) o desenvolvimento de novas práticas e 2) o estabelecimento de ações críticas diante dos modelos, padrões e práticas de ColInfo. Para Costa (2021) "a Competência Crítica em Informação considera, além dos fatores sociais, culturais e econômicos, o cotidiano e não apenas o uso e a busca eficiente da informação".

A CCI consolidou-se fundamentada em três pilares teóricos: na Teoria Crítica, pautada numa visão emancipatória da sociedade, a partir de uma prática transformadora, que visa incentivar o indivíduo a alcançar liberdade e autonomia; na Teoria Crítica da Informação, focada no relacionamento da informação com contextos e processos de opressão, exploração, dominação e controle, com vistas a contribuir com o reconhecimento de demandas políticas, econômicas e culturais, com a possibilidade de construção e oferta de alternativas eficazes no combate a esses fenômenos sociais e cooperar para o estabelecimento de uma sociedade participativa e cooperativa (Fuchs, 2009); e na Pedagogia Crítica, fundamentada nos estudos de Paulo Freire, sustentada por uma teoria educacional crítica e libertadora. Nesse sentido, Brisola e Romeiro (2018) destacam a necessidade de uma educação dialógica, baseada na realidade do sujeito, para provocar o interesse e o pensamento crítico, faz-se necessário que o indivíduo "[...] trave com a informação uma relação dialógica e dialética, que consiga associar a informação às suas vivências e conhecimentos anteriores. Seja para confrontá-los, completá-los ou confirmá-los" (Brisola; Romeiro, 2018, p. 77).

A CCI tem como finalidade desenvolver nos sujeitos consciência crítica sobre a informação. Preparar os sujeitos para olhar criticamente a informação, para buscar fontes informacionais seguras, distinguir informações relevantes, hierarquizar informações, utilizá-las para construir conhecimento e produzir novas informações, de maneira criativa e contextualizada (Elmborg, 2006; Brisola; Romeiro, 2018).

Schneider (2019) estruturou a noção de CCI em sete níveis, que posteriormente foram ampliados para 10, sendo o 8º nível – Política e engajamento, proposto por Bastos (2020) e o 9º e 10º nível, respectivamente – Gênero, Feminismos e Sexualidade e Relações Étnico-Raciais, proposto por Brisola (2021), que compreende os níveis, como dimensões, a partir da ideia de desmembramento natural e não de escalonamento.

O **1º nível Concentração ou Suspensão da cotidianidade**, compreende a suspensão da cotidianidade, foco de toda a atenção em um determinado problema ou conjunto de problemas, abstração da espontaneidade, do imediatismo, dos juízos provisórios, das generalizações, da mimese, dos preconceitos. O **2º nível, Instrumental** destaca o conhecimento dos recursos informacionais existentes e domínio técnico das tecnologias de informação. O **3º nível, do Gostos informacionais**, situa-se na problematização da noção de necessidade informacional aliada ao estímulo à curiosidade intelectual e à formação do gosto pelo pen-

samento questionador e rigoroso. O **4º nível, Relevância** e situa-se no questionamento sistemático da relevância da informação e da própria noção de relevância, bem como dos mecanismos e critérios sócio técnicos de atribuição de relevância aos enunciados, aos dados e aos metadados (Schneider, 2019).

O **5º nível, da Credibilidade** direciona para o questionamento sistemático da credibilidade das fontes de informação e dos produtores de dados e metadados, bem como dos mecanismos e critérios sócio técnicos de atribuição de credibilidade às fontes, e aos produtores de dados e metadados. O **6º nível Ética**, preza pela reflexão séria e responsável sobre o bem ou o mal, resultantes dos usos da informação, com ênfase nos problemas articulados da mentira, da opressão e do sofrimento, numa perspectiva intercultural, sem perder de vista as contradições entre o singular, o particular e o universal. O **7º nível, da Crítica**, prevê a articulação de todos os níveis anteriores em uma perspectiva emancipatória realista, bem como da própria noção de realismo (Schneider, 2019). O **8º Nível Política de Engajamento**, compreende a consciência de fazer parte de determinada força hegemônica – consciência política, e a *práxis* interativa em aparelhos populares de hegemonia – organizações e instituições, cujos processos de formação política e produção simbólica contribuem para a construção de um projeto de poder popular. Abarca uma construção crítica e reflexiva de engajamento articulada, também, no desenvolvimento e ensino da CCI (Bastos, 2020; Brisola, 2021).

O **9º nível Gênero, Feminismos e Sexualidade** propõe a percepção da relevância de espaços informacionais alternativos que possibilitem o desenvolvimento e fomento da CCI e propicie reflexões acerca do empoderamento, fortalecimento e embasamento das lutas e resistências de gênero e sexualidades, bem como para a emancipação e transformação social que diluam as naturalizações e culturas que oprimem mulheres e comunidades LGBTQI-AP+. E o **10º nível Relações Étnico-Raciais** visa a observação das estruturas sociais dominantes a fim de interferir nas dinâmicas dominadoras e opressoras, por meio da informação e educação. No contexto dos níveis/dimensões 9 e 10 cabe refletir sobre os processos de conscientização daqueles que ocupam espaços e exercem dinâmicas dominadoras e opressoras e emancipar os que estão oprimidos, por meio da conversão para um pensamento crítico, que gera consciência e comportamento crítico para confrontar e transformar a estrutura histórica-social. Nesse processo altera-se a relação com a informação e com a construção de conhecimento, transformando as atitudes e as demandas por mais informação (Brisola, 2021).

Para Furtado *et al* (2021), a CCI aborda a informação sob uma perspectiva de conduzir o indivíduo para um aprendizado contínuo, associado a uma reflexão crítica e ética sobre as informações, revelando o desenvolvimento da autonomia no sujeito informacional, fortalecendo o seu papel de cidadão, que por sua vez projeta mudanças sociais. Partindo dessa perspectiva, é possível estabelecer uma interlocução teórica da CCI com as Práticas Informacionais e prospectar o desenvolvimento de ações com vistas a contribuir com pautas relevantes onde o sujeito informacional atue como protagonista.

## **6 PRÁTICAS INFORMACIONAIS E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO COMO SUBSÍDIOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Visando alcançar o objetivo proposto de reconhecer como as Práticas Informacionais e a CCI podem subsidiar ações para um Desenvolvimento Sustentável, definiu-se a partir do

referencial teórico desenvolvido, relações entre os três eixos abordados: Desenvolvimento Sustentável, Práticas informacionais e CCI.

Furtado (*et al.*, 2021) apresentam uma estrutura que relaciona as Práticas Informacionais e a CCI a partir de 4 eixos: 1) **aspectos teóricos**, a partir do entendimento que ambas as temáticas compartilham ideias e questões sociais, políticas e culturais que colaboram para a formação do sujeito crítico e autônomo nos processos informacionais; 2) **demanda informacional**, com reflexões acerca da complexidade e dos desafios impostos pelo desenvolvimento tecnológico que afeta diretamente os processos de produção e disseminação da informação; 3) **sujeito informacional**, em referência aos protagonistas nos processos informacionais, produtores e consumidores ativos de informação; 4) **ações do sujeito**, concentrado nas ações dos sujeitos com a informação, considerando os variados espaços sociointerativos dos quais esses indivíduos participam direta ou indiretamente.

A partir da estrutura proposta por Furtado (*et al.*, 2021) e da compreensão de que a CCI por sua perspectiva crítica, coletiva e contextual, aproxima e evidencia a relevância da análise das Práticas Informacionais como um diagnóstico para subsidiar suas ações, estabeleceu-se uma análise embasada em 3 elementos: demanda informacional, sujeito informacional e ações do sujeito informacional. O elemento aspectos teóricos, permeia toda a reflexão.

Com relação à **demanda informacional**, considerou-se que a informação desempenha um papel imprescindível nas ações de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que possibilita que os sujeitos construam novos conhecimentos, tomem decisões conscientes e responsáveis. Com informações precisas sobre questões ambientais, sociais e econômicas é possível implementar práticas sustentáveis, reduzir o impacto ambiental, promover a equidade social e buscar soluções inovadoras para desafios sustentáveis. Os processos de disseminação da informação também contribuem para a conscientização e o engajamento da sociedade com vista a um futuro equilibrado e sustentável. Cabe inserir no contexto de uma *práxis* informacional contemporânea, o impacto causado pelo processo de transformação digital e de acelerado desenvolvimento tecnológico que reflete diretamente nos processos informacionais democratizados e mediados pelas redes e mídias sociais e digitais.

No que se refere ao **sujeito informacional**, este deixou de ser um mero consumidor de informações e passou a ocupar também um lugar de produtor e disseminador, num processo que se retroalimenta, alternando a percepção individual e coletiva desses sujeitos. Vale refletir acerca do modelo ELIS que fundamenta a compreensão multifacetada dos sujeitos através da complementação entre a dimensão social e a **vida cotidiana**, especificamente a partir dos dois elementos que o sustentam: o **modo de vida** e o **domínio de vida** (Savolainen (1995). Insere-se ainda ao processo em torno do sujeito informacional, o **Diálogo**, a **Interação**, a **Cultura**, o **Contexto** e a **Coletividade**, elementos que configurados em conjunto ultrapassam as barreiras teóricas e contribuem para uma *práxis* informacional alinhada as categorias social, econômica e ambiental que embasam o Desenvolvimento Sustentável (Furtado *et al.*, 2021).

O contexto das **ações do sujeito** pode ser compreendido como uma **Situação de Ação** em que são requeridos dos sujeitos habilidades para lidar com a informação e todos os elementos a ela relacionados, bem como as facetas com que se apresentam determinados tipos de informação, compreendidos como desinformação e suas distintas vertentes. O agir direcionado do sujeito informacional para solucionar problemas está abarcado pelo contexto de **Desempenho de tarefa** e as habilidades estão abarcadas no rol da CCI, que num movimento cíclico e de retroalimentação aciona os dez níveis de CCI: 1) Suspensão da cotidianidade; 2)

Instrumental; 3) Gostos informacionais; 4) Relevância; 5) Credibilidade; 6) Ética; 7) Crítica; 8) Política de Engajamento; 9) Gênero, Feminismos e Sexualidade e 10) Relações Étnico-Raciais (Savolainen, 2007, 2012; Schneider, 2019; Bastos, 2020; Brisola, 2021).

É possível relacionar de forma introdutória, os dez níveis de CCI com os 17 ODS: 1) Erradicar a pobreza; 2) Erradicar a fome; 3) Saúde de qualidade; 4) Educação de qualidade; 5) Igualdade de gênero; 6) Água potável e saneamento; 7) Energias renováveis e acessíveis; 8) Trabalho digno e crescimento econômico; 9) Indústria, inovação e infraestruturas; 10) Reduzir as desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Produção e consumo sustentáveis; 13) Ação climática; 14) Proteger a vida marinha; 15) Proteger a vida terrestre; 16) Paz, justiça e instituições eficazes; 17) Parcerias para a implementação dos objetivos (ONU, 2015).

Os níveis da CCI, configuram-se como dimensões que contribuem para o processamento do volume de informações que nos deparamos no cotidiano, dimensões que ultrapassam o domínio operacional e colocam o sujeito numa posição de questionar suas próprias necessidades informacionais e todos os processos decorrentes (Schneider, 2019). Ao vislumbrar uma interrelação desses níveis de CCI com os 17 ODS, é possível indicar uma relação profícua, uma vez que a informação de qualidade atende as necessidades informacionais e subsidia a construção de novos conhecimentos, que por sua vez contribuem para o desenvolvimento de práticas sustentáveis, seja no contexto social, ambiental e/ou econômico.

Na interrelação com os ODS, vale ressaltar a relevância dos níveis 8, 9 e 10, especialmente por compreendê-los como dimensões que estão além dos processos informacionais e dialogam a partir de perspectivas distintas dos outros 7 níveis de CCI em relação aos ODS.

Reflexões sobre Política de Engajamento alcançam todos os ODS e coloca o sujeito informacional numa posição de protagonismo diante das condições cotidianas abarcadas pelas dimensões social, econômica e ambiental do Desenvolvimento Sustentável. Bastos (2020 p.198) destaca que “engajamento é constituído na vinculação social, afetiva e gustativa do sujeito com determinada ideologia”, vinculação essa “que se estabelece na sociabilidade cotidiana, nas práticas e processos socioculturais que medeiam a construção de sentidos”. Engajamento é “consciência política, que envolve ação, consciência e motivação” (Brisola, 2021, p.141).

Os temas Gênero, Feminismos e Sexualidade e Relações Étnico-Raciais, e os respectivos sujeitos: mulheres, a comunidade LGBTQIAP+, os negros, os indígenas e não brancos, abarcados na estrutura de CCI respectivamente pelos níveis 9 e 10, perpassam todos os 17 ODS. Esses sujeitos, vitimados pelo acúmulo de opressão, podem alcançar pelo desenvolvimento da CCI o reconhecimento do seu lugar na sociedade e a partir daí vivenciar experiências individuais e/ou coletivas, organizadas por seus próprios grupos (política de engajamento) que contribuam para ações em torno dos ODS. Uma aplicação contextual da práxis da CCI, necessária para o avanço de uma sociedade mais justa, livre da alienação e promotora da emancipação dos cidadãos (Brisola, 2021).

As relações indicadas entre os níveis de CCI e os ODS seguem permeadas pelos preceitos das Práticas Informacionais, que vão direcionar as ações do sujeito, com vistas a estimular a reflexão crítica, ética e emancipatória, com enfoque numa práxis informacional transformadora que possa impactar sua realidade e promover mudanças na sociedade.

Compreende-se que as ações em torno do Desenvolvimento Sustentável podem partir de iniciativas institucionais com a proposição de diretrizes, recomendações, dispositivos legais, ações coordenadas, programas e projetos, com ou sem financiamento, contudo se não houver uma preocupação latente em torno dos processos e dos sujeitos informacionais

que compõe essa estrutura, tais ações podem estar fadadas ao insucesso. Faz-se necessário reconhecer o direito à informação como um direito fundamental e constitucional, ampliando esse entendimento para os demais elementos que estruturam o ecossistema informacional – sujeitos e processos informacionais (que estão para além do acesso à informação), visando a proposição de ações que estimulem a formação (em ambientes formais, informais e não-formais) desses sujeitos para atuar de forma responsável, autônoma, consciente e ética na resolução de problemas individuais e coletivos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionar os princípios teóricos de Práticas Informacionais e da CCI com DS a fim de estabelecer uma relação contributiva entre esses eixos, configura-se como uma tarefa sensível e complexa considerando principalmente a urgência de ações práticas em torno do Desenvolvimento Sustentável.

O conceito, as teorias e as ações que delineiam as Práticas Informacionais são relevantes para compreensão do conceito de CCI como uma prática sociocultural, uma vez que, a análise das práticas, configura-se como um diagnóstico para a proposição de ações efetivas de CCI. Cabe explorar sistematicamente tais relações, a fim de impulsionar ações concretas que direcionem os sujeitos para um processo de aprendizado ao longo da vida e que estimulem o pensamento crítico e autônomo, considerando os espaços sociointerativos ocupados por esses sujeitos.

É possível conceber que ambas as teorias têm o potencial para ofertar ferramentas informacionais e de aprendizagem que podem minimizar os impactos decorrentes da sociedade capitalista que estamos imersos e possibilitar a transformação das condições de vida dos sujeitos, a partir por exemplo, de ações empíricas em torno dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, além disso, oportunizam fundamentos para que todos os cidadãos tenham a perspectiva de contribuir com a sociedade, tornando-os indivíduos críticos capazes de identificar a informação como elemento fundamental na busca de um Desenvolvimento Sustentável sem exclusão ou desigualdades.

Não existe a pretensão de se esgotar as relações entre os temas e sim fomentar um espaço de reflexão acerca dos espectros teóricos e das possibilidades de ações estratégicas que possam contribuir com a Agenda 2030 e os ODS. Cabe aos profissionais da informação a atuação como proponentes e mediadores dessas ações e a compreensão que a interação entre as teorias que embasam as Práticas Informacionais e a Competência em Informação, pode se configurar como um diferencial potencializador para as ações em torno do Desenvolvimento Sustentável, uma vez que a proposição de diretrizes e ações devem ser embasadas numa “visão holística acerca dos problemas sociais, com a efetiva valorização das pessoas, seus costumes e saberes” (Sachs, 2004).

## REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Framework for Information Literacy in Higher Education**. Jan. 2016. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/standards/ilframework> Acesso em: 18 set. 2023.

AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

ARAÚJO, C. A. ÁVILA. O que são práticas informacionais? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. especial, p. 217-236, 2 nov. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655>. Acesso em: 25 abr. 2023.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A construção social da informação**: práticas informacionais no contexto das organizações não-governamentais/ ONGs brasileiras. 1998. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 1998. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/196266469.pdf>. Acesso em: 23 abr.2023

BASTOS, P. N. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. **Matrizes**, v. 14, n. 1, p. 193-220, 2020.

BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey. Práticas Informacionais e o valor da experiência na formação do conhecimento. In: TANUS, Gabrielle Francinne de S. C.; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey. **Práticas Informacionais em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas**. Florianópolis: Rocha Gráfica Editora, 2021. p. 21- 37.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo Silva. Competência Crítica em Informação como crítica à Competência em Informação. **Inf. & Soc.:** est., João Pessoa, v. 29, n. 3, p. 5-22, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/47337/27363> Acesso: jul. 2023.

BEZERRA, Arthur; DOYLE, Andréa. Competência crítica em informação e participação ética em comunidades de aprendizagem. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais eletrônicos [...]** Marília, ANCIB, 2017.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. 46-81.

BRISOLA, Anna Cristina C. *et al.* **Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano**: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2021.

BRISOLA, Anna Cristina. Forjando em Freire as bases epistemológicas e de práxis da competência crítica em informação. In: BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M. (Org.). **Competência crítica em informação**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 21-33.

BRISOLA, Anna Cristina; ROMEIRO, Nathália Lima. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 3, p. 68-87, 2018.

CAMARGO, A. L. de B. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

COURTRIGHT, C. Context in information behavior research. *Annual Review of Information Science and Technology*, Malden, v. 41, n. 1, p. 273-306, 2007.

COSTA, Maria Ivone Maia da. **Práticas informacionais e Competência Crítica em Informação de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará.** 2021. 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

DOYLE, Andréa. **Competências em informação, mídia e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero: práticas de ensino críticas.** 2021. 218 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021.

DUDZIAK, E. A. Competência informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. 2, p. 1 - 22, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/7045>. Acesso em: 13 set. 2023.

ELMBORG, James. Critical information literacy: definitions and challenges. In: WILKINSON, Carroll Wetzell; BRUCH, Courtney (org.). **Transforming information literacy programs: intersecting frontiers of self, library culture, and campus community.** Chicago, IL: Association of College and Research Libraries, 2012.

FUCHS, Christian. Towards a critical theory of information. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique. Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society*, v. 7, n. 2, p. 243-292, 2009.

FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B.; VITORIANO, M. C. de C. P. Competência em informação: disciplina necessária à formação do arquivista? 2019. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 75-91, jan./abr. 2019.

FURTADO, R. L.; COSTA, M. I. M.; SANTOS, F. C. A. Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação: possíveis relações. In: TANUS, Gabrielle Francinne de S. C.; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; BERTI, Illeamar Christina Lansoni Wey. **Práticas Informacionais em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas.** Florianópolis: Rocha Gráfica Editora, 2021. p. 347-364.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HORTON JUNIOR, F. W. **Overview of information literacy: resources worldwide.** 2. ed. Paris: UNESCO, 2014/2015. Disponível em: <http://infolit.org/unescosoverview-of-information-literacy-resources-worldwide-2nd-ed-2014-2015/> Acesso

em: 02 maio 2023.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: [www.scielo.br/j/ea/a/yJnRYLWXSwyxqggqDWy8gct/?lang=pt&format=pdf](http://www.scielo.br/j/ea/a/yJnRYLWXSwyxqggqDWy8gct/?lang=pt&format=pdf) Acesso em: 30 mar 2024

NARA, F. M. A.; CONDURÚ, M. T. **Biblioteca escolar**: da educação ambiental à construção de uma cultura sustentável., p. 1-21. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/160643>. Acesso em: 29 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos do desenvolvimento sustentável agenda 2030**. Brasília, DF: ONU Brasil, [2015]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 abril 2023

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

ROCHA, J. A. P.; DUARTE, A. B. S.; PAULA, C. P. A. Modelos de práticas informacionais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 36-61, jan/abr. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/88458>. Acesso em: 30 out. 2023.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; GANDRA, Tatiane Krempser. Práticas informacionais: elementos constituintes. **Informação & informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 566-595, 2018.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 2000.

SAVOLAINEN, R. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking approaching information seeking in the context of “way of life.” **Library and Information Science Research**, v. 17, p. 259-294, 1995.

SAVOLAINEN, R, Conceptualizing information need in context. **Information Research**, Lund, v. 17, n. 4, 2012. disponível em: <https://informationr.net/ir/17-4/paper534.html> Acesso em: 30 maio 2023.

SCHNEIDER, M. CCI/7: competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. In: BEZERRA, Arthur Coelho Bezerra; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo M.; SALDANHA, Gustavo Silva. **IKrítika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019. p. 73

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C.; BERTI, Ilmar Christina Lanson Wey; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira. Em cena os usuários e os sujeitos informacionais: um olhar para os estudos de usuários e para as práticas informacionais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 4, p. 146-166, out./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/MRvrt9zhK6Zgnfz6HnFs5Ph/>.

WMO. WORLD METEOROLOGICAL ASSOCIATION *et al.* **State of the global climate 2023**. Genebra, 2024. Disponível <https://library.wmo.int/records/item/68835-state-of-the-global-climate-2023> em Acesso em: 20 mar 2024.

ZURKOWSKI, Paul. G. **The Information Service Environment Relationships and Priorities**. Washington, DC: National Commission on Libraries and Information Science. Nov. 1974. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf> Acesso em: 20 abr. 2024.